

Plano de Trabalho para os anos subsequentes foi apresentado no evento



Carvalho enfatizou a natureza dinâmica do plano de trabalho, descrevendo-o como "um plano vivo, que pode ser adaptado e ganhar novos produtos" - Foto: Adalberto Carvalho - Ascom/CGU

A segunda reunião anual do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) ocorreu na tarde desta quarta-feira (06/12) em Brasília (DF). Presidido pelo ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, o encontro foi marcado pela apresentação do Plano de Trabalho para os próximos anos.

Carvalho enfatizou a natureza dinâmica do plano de trabalho, descrevendo-o como "um plano vivo, que pode ser adaptado e ganhar novos produtos". Ele ressaltou o empenho dos conselheiros, que se organizaram em grupos de trabalho para discutir e selecionar as ações a serem implementadas.

O ministro esclareceu que a intenção não é fornecer um produto finalizado, mas sim estabelecer "um modelo inicial que servirá de base para contínuo desenvolvimento e aprimoramento". Ao todo, foram apresentados 17 produtos, cada um correspondente aos quatro grupos de trabalho formados. Os grupos foram divididos em temáticas estratégicas como: governo aberto, monitoramento de políticas públicas, fomento à integridade privada, acesso à informação e transparência.

Durante a reunião, Carvalho destacou que os debates contribuem ativamente para o desenvolvimento desses eixos e ações, promovendo um diálogo mais aberto e participativo. Informou que os produtos serão desdobrados em ações palpáveis, conectadas não apenas ao trabalho da CGU, mas também às políticas e programas específicos de ministérios. Concluiu ainda que esse diálogo é essencial para a elaboração de um plano abrangente de integridade e combate à corrupção, alinhada à atual gestão governamental.

CTICC

O Conselho é um órgão consultivo vinculado à estrutura da CGU. Composto por 11 representantes do governo e 30 membros da sociedade civil, o CTICC tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal.

Também faz parte de sua missão monitorar e avaliar políticas públicas e serviços destinados à transparência e ao combate à corrupção. Além disso, cabe ao Conselho a responsabilidade de sugerir ações que visem à valorização da troca de experiências, transferência de tecnologia, capacitação e articulação intragovernamental, reforçando seu compromisso com a integridade e a eficiência nas esferas governamentais.

Fonte: CGU, em 07.12.2023.